

Projecto de Recomendação

No âmbito da actividade Parlamento dos Jovens foi discutido o tema “Europa: participação, desafios e oportunidades”, na Escola Profissional Profitecla – Pólo de Guimarães. O resultado final foi a realização da Sessão Escolar, onde se discutiram as medidas anteriormente apresentadas e sujeitas a eleição, e se formulou a proposta representativa da escola, através de uma coligação entre as diferentes listas.

Sabendo que a União Europeia se encontra a atravessar uma fase de novos desafios, torna-se essencial intervir nos domínios fundamentais para o seu progresso, nomeadamente os níveis económicos e sociais.

O funcionamento da União Europeia depende da cooperação económica entre os países integrantes, dando origem aos fundos monetários, através dos quais se pretende auxiliar os países menos desenvolvidos economicamente. Face a esta realidade torna-se essencial promover uma maior fiscalização em termos de aplicação destes fundos, de forma a que os recursos sejam devidamente aplicados.

Directamente relacionadas com as questões económicas estão as questões sociais. De facto, quando um país beneficia de fundos comunitários, cuja aplicação não resulta no desenvolvimento social, estar-se-á a prejudicar as questões internas.

Ao promover uma União Europeia económica e socialmente mais forte e unida, estar-se-ia a aumentar o seu potencial competitivo face às restantes potências mundiais.

Desta forma a **medida** apresentada pela Escola Profissional Profitecla, Pólo de Guimarães, é a seguinte:

- **Propõe-se a criação de uma Comissão Europeia Fiscalizadora, constituída pelas sub-comissões dos 27, que procederá à fiscalização da aplicação dos fundos monetários aos actuais países constituintes da União Europeia, assim como da entrada de imigrantes oriundos de países externos à União.**

A criação destas sub-comissões fiscalizadoras obrigaria todos os países a apresentarem os documentos legais comprovativos da aplicação dos fundos, sob a certificação de um Revisor Oficial de Contas. A aplicação fraudulenta dos fundos estaria sujeita a pesadas penalizações.

Ao fiscalizar esta aplicação dos fundos e ao controlar a entrada de imigrantes na União, estar-se-ia a garantir que os países membros criassem novas oportunidades económico-sociais para os seus habitantes. Em termos económicos estar-se-ia a combater o desemprego generalizado e a aumentar a competitividade da economia europeia. Relativamente às questões sociais, promover-se-ia a igualdade, diminuindo, por exemplo, os níveis de criminalidade geral, que na actualidade assumem proporções elevadas.

Com esta medida seria possível garantir que os fundos monetários seriam correctamente aplicados, contribuindo assim para um maior equilíbrio interno, quer a nível económico, quer a nível social da União Europeia.

Guimarães, 23 de Janeiro de 2008

Nota: Estrutura deficiente. Os argumentos deviam estar concentrados apenas na “exposição de motivos”.